



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003862-25.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Vanderlei Aparecido Ferro**
 Requerido: **PAULO SERGIO CASTRO DE OLIVEIRA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Sustenta o autor que dirigia seu veículo pela rotatória da Praça Itália, quando o réu nela ingressou sem obedecer à sinalização de parada obrigatória e veio a atingi-lo.

O réu na contestação não refutou a dinâmica fática descrita pelo autor, especialmente quanto à existência da placa de PARE para ele no local do evento.

Aludiu, é certo, à falta de sinalização por parte do autor em relação a manobra que teria encetado, mas não amealhou um único indício a esse respeito (assinalo inclusive que o réu demonstrou não ter interesse no alargamento da dilação probatória – fls. 39 e 45).

Como se não bastasse, consta do Boletim de Ocorrência lavrado o reconhecimento pelo réu de que desrespeitou a sinalização de parada obrigatória existente no local (fl. 09).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, demonstra a responsabilidade do réu pelo sinistro, de sorte que prospera a pretensão deduzida até porque o montante postulado não foi objeto de impugnação alguma.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 3.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 26 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**